



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARILENE SALES DA COSTA LIMA

**LINGUAGEM ESCRITA DOS ALUNOS DO 9º ANO: ANÁLISE DE
CONTEÚDOS E INTERAÇÃO SOCIAL**

**ITABAIANA – PB
2014**

MARILENE SALES DA COSTA LIMA

**LINGUAGEM ESCRITA DOS ALUNOS DO 9º ANO: ANÁLISE DE
CONTEÚDOS E INTERAÇÃO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado de Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Msc. Ana Patrícia Frederico Silveira

ITABAIANA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732I Lima, Marilene Sales da Costa

Linguagem escrita dos alunos do 9º ano: análise de conteúdos e interação social [manuscrito] : / Marilene Sales da Costa Lima. - 2014.

39 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Ensino Técnico, Médio e Educação a distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Ana Patrícia Frederico Silveira, Departamento de Educação".

1. Escrita. 2. Análise de Conteúdos. 3. Interação social. I. Título.

21. ed. CDD 372.6

MARILENE SALES DA COSTA LIMA

**LINGUAGEM ESCRITA DOS ALUNOS DO 9º ANO, ANÁLISE DOS
CONTEÚDOS E SUA INTERAÇÃO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola d Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

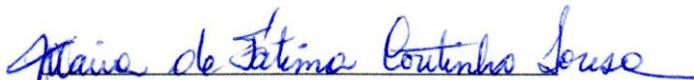
Aprovada em 14/06/2014.



Profª. Ms. Ana Patrícia Frederico Silveira / UEPB
Orientadora



Profª. Ms. Elisabete Borges Agra / UEPB
Examinadora



Profª. Ms. Maria de Fátima Coutinho / UEPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos alunos, pela troca de conhecimentos,
interação e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar no controle da minha vida.

A minha mãe celestial, Maria, que sempre passa a frente dos meus projetos abrindo caminhos.

Aos meus pais, pelos ensinamentos ao longo da vida.

Ao meu esposo pelo seu companheirismo e compreensão.

Aos meus filhos, João Vítor e Yure Emanuel, pelas vezes que chegaram perto de mim, perguntando: “– Mamãe já terminou?” (para que tivéssemos juntos, momentos de lazer).

À Morgana Lígia de Farias Freire, Coordenadora do Curso de Especialização, por seu empenho.

À professora orientadora, Ms. Ana Patrícia Frederico Silveira, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha querida e inesquecível irmã Cecília Hoes (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, na pessoa de Lizandra, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de interação, amizade, aprendizagem e apoio.

“A aprendizagem parte sempre de uma situação concreta, de um problema o qual é discutido e analisado. O ponto de partida deve ser sempre a observação da realidade para se ter uma visão global, ou uma síntese do assunto a ser ensinado e aprendido”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta um estudo junto aos alunos do 9º ano da Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio Maria Lins, em São Miguel de Taipu /PB, tendo como tema “Linguagem escrita dos alunos do 9º ano: análise de conteúdos e interação social”. A realização deste estudo foi instigada pela observação recorrente ao pouco interesse e motivação dos alunos frente à aquisição da linguagem escrita. Com o objetivo de analisar os níveis de linguagem escrita dos alunos no tocante as suas abordagens temáticas referentes à produção textual, buscando compreender analiticamente a estruturação mental em relação ao domínio de conteúdo, consistência argumentativa e os limites para além da sala de aula. Para a coleta de dados foi proposto aos educandos à produção de um Artigo de Opinião sobre o tema: Direitos Humanos e Relação Homossexual, direcionada a partir de uma cena específica da novela Amor à Vida da Rede Globo de televisão. A pesquisa se configura como qualitativa, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo, a partir deste, percebe-se que o questionamento inicial foi confirmado, apesar da notória interação social vivenciada por eles no espaço escolar e além deste.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem escrita. Análise de Conteúdos. Interação social.

A B S T R A C T

This monograph presents a study on students in 9th grade at the State School of Early Childhood Education and Teaching Elementary and Secondary Maria Lins, in San Miguel de Taipu / PB, with the theme "Written language students in 9th grade: content analysis and interaction social ". This study was prompted by the recurrent observation little interest and motivation of students against the acquisition of written language. In order to analyze the levels of students' writing regarding their thematic approaches regarding language text production , seeking analytically understand mental structuring in relation to the content domain , argumentative consistency and the limits beyond the classroom . For data collection was proposed to the learners to produce an opinion on the topic: Human Rights and Gay Relationship, directed from a specific scene from the novel Love for Life Globo television. The search is configured as qualitative, using the technique of content analysis, from this, one realizes that the initial question was confirmed, despite the widespread social interaction experienced by them in school and beyond.

KEYWORDS: Written language. Analysis of Contents. Social interaction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I -	
LINGUAGEM: CONCEPÇÕES, MODALIDADES E NÍVEIS	13
1. Concepções de Linguagem	13
1.1 Linguagem como expressão de pensamento	13
1.2 Linguagem como instrumento de comunicação.....	13
1.3 Linguagem como forma ou processo de interação.....	14
1.4 A modalidade escrita, suas funções e usos.....	15
1.5 Níveis de Linguagem.....	16
1.5.1 Linguagem Formal ou Linguagem Culta.....	17
1.5.2 Linguagem Informal ou Linguagem Coloquial.....	18
CAPÍTULO II -	
LINGUAGEM ESCRITA NA ESCOLA: COMO É TRATADA	20
2. Como é o ensino da gramática na escola?	20
2.1 Tipologia textual na escola	21
CAPÍTULO III -	
AS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS ALUNOS DA ESCOLA EEEFM MARIA LINS DO 9º ANO À LUZ DA ANÁLISE DE CONTEÚDOS E DA INTERAÇÃO SOCIAL	24
3. Sobre a Escola Est. de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins	24
3.1 Sobre a análise de conteúdos: Surgimento e conceituação	25
3.2 Sobre os Educando do 9º ano da escola pesquisada.....	27
3.3 Estruturação do texto.....	28
3.4 Apresentação e domínio do conteúdo.....	30
3.5 Consistência argumentativa	33
3.6 Os limites para além da sala de aula, da avaliação	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

O presente estudo configura-se numa monografia acadêmica, da Pós-graduação *Lato Sensu* em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, resultante de um estudo desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins – São Miguel de Taipu – PB, com o tema: “Linguagem escrita dos alunos do 9º ano: análise dos conteúdos e interação social”.

A pesquisa visa identificar as dificuldades linguísticas dos alunos do 9º (nono) ano, no tocante ao texto dissertativo. Que muitas vezes esta dificuldade se dá não somente no plano das regras gramaticais, mas principalmente pela fuga do conhecimento estrutural e consistência argumentativa no texto, uma vez que para esta ocorrer deve-se conhecer o assunto, temática, e esta não ocorre. Essas ocorrências são consequências das crescentes demonstrações de pouco interesse dos educandos pela modalidade escrita e suas tipologias no espaço escolar. Por isso, tão necessária à análise de conteúdos para entender melhor o que pensam os nossos alunos sobre os diversos assuntos discutidos na escola e além dela.

A análise de conteúdos, conforme VERGARA (2005, p.15), “é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”, configurando-se assim, numa interpretação que revela uma interação social.

Nesse sentido, pretendemos analisar tais produções sob o enfoque de observar as competências micro e macroestruturais trazidos nos textos, além de identificar a opinião e ideologia dos alunos referentes ao tema proposto e aos conteúdos abordados conforme os conhecimentos históricos culturais de aquisição da linguagem escrita, apreendidos na nossa Língua. Assim, torna-se imprescindível, ressaltar neste estudo a compreensão da linguagem escrita como objeto histórico-cultural de conhecimento, seus usos e suas funções sociais. Diante disso, entendemos que a linguagem escrita deve obedecer aos parâmetros da gramática normativa, porém, sem discriminação linguística. Faz-se necessário, que o educador tenha uma visão dialética da sua ação pedagógica, tomando a sua prática como um objeto de investigação permanente, sendo um facilitador do processo histórico ao qual está inserido.

A investigação foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins, configurando-se como uma pesquisa do tipo qualitativa, tendo como sujeitos, os educandos iniciantes do 9º ano desta instituição. Os dados da pesquisa foram colhidos através da aplicação de uma produção individual de texto, com o seguinte tema polêmico: Direitos

Humanos e relação homossexual. Discussão através de uma imagem representativa da primeira cena, de um beijo homossexual, na novela Amor à vida. A discussão sobre o tema teve a duração 45 minutos e, 45 minutos para a produção textual. Para a análise dos dados colhidos, priorizou-se um estudo de cunho qualitativo, análise dos conteúdos, com caráter analítico-crítico, pautado no raciocínio dialético e indutivo por tratar da subjetividade temática.

O presente estudo está estruturado em três capítulos, em que serão abordados, respectivamente: Linguagem: concepções, modalidade e níveis, dando ênfase à concepção da linguagem como forma de interação; Linguagem escrita na escola, seus usos e funções em diversas tipologias; e, finalizando com a análise de produções escritas de alunos do 9º ano, da Escola EEFM Maria Lins, à luz da abordagem de conteúdos e de como a linguagem e o texto exercem seus papéis em prol da interação social. Sendo assim, levantou-se a análise das produções escritas, seguindo os critérios de estruturação, apresentação e o domínio de conteúdo, consistência argumentativa e os limites para além da sala de aula, da avaliação. A partir dos dados desta análise, identificou-se não só o nível de linguagem escrita dos educandos pesquisados, como também, o que subjetivamente demonstraram seus pensamentos, suas ideologias, seus léxicos e suas percepções sobre si e os seus.

Para a efetivação desta pesquisa, utiliza-se de teorias de vários autores das áreas em estudo, como: Bakhtin (1929), Evangelista (1998), Moraes (1999), Kaufman e Rodrigues (1995), Vigotsky (2000), Foucault (2005), Vergara (2005), Cavalcanti (2009), Travaglia (2002), Possenti (1984), Geraldi (1996). Portanto, ter pesquisado e discutido estes temas não esgotam os mesmos. Neste sentido, é mais uma contribuição teórica para o estudo de aquisição e reflexão da linguagem e sua interação social.

Capítulo I - LINGUAGEM: CONCEPÇÕES, MODALIDADES E NÍVEIS

1. Concepções de Linguagem

Ter a linguagem como instrumento educacional pressupõe o conhecimento das concepções que permeiam o uso da língua, em relação à educação e à própria língua para que entendamos suas concepções, modalidades e níveis.

É compreensível que para a escrita é necessário saber interpretar os sinais gráficos pensados pelos homens no decorrer da história, presentes na nossa língua, entendendo que essas representações simbolizam o ato de escrever acompanhados por regras ortográficas que normatizam tal prática. Precisa-se de dialogar fonemas, grafemas e flexibilidade linguística, como forma de adaptação da linguagem ao contexto de uso. Contudo, a linguagem escrita é um produto da cultura que só se transmite pelo ensino, ou seja, em geral, por meio de uma intervenção social planejada para tal fim.

Somos uma nação com muitas diversidades culturais, sociais e econômicas. O Brasil é plural, devido suas diferenças, temos uma grande variação linguística, refletidos na nossa língua portuguesa, nos possibilitando, naturalmente, uma efetiva heterogeneidade da linguagem, o que segundo Luft (1999, p.67) revela-se como: “sociedades econômica, social e culturalmente heterogêneas, é inevitável a heterogeneidade no campo da linguagem”.

Neste capítulo, abordaremos as três concepções da linguagem, conforme defendem Geraldi, (1996); Travaglia, (2002); Matêncio (1994), as quais se caracterizam como:

1.1 Linguagem como expressão de pensamento: para esta concepção, presume-se que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e da linguagem. Segundo Travaglia (2002, p.21), são elas que constituem as normas gramaticais do escrever “bem”, que aparecem consubstanciadas nos chamados estudos linguísticos tradicionais que resultam no que se tem chamado de *gramática normativa* ou *tradicional*; Nesta primeira concepção o homem representa para si o mundo através da linguagem.

1.2 Linguagem como instrumento de comunicação: para Cruz citando Saussure (2006, p. 03), a linguagem funciona como instrumento de comunicação. A língua, para o linguista, é um ato social porque pertence a todos os membros de uma comunidade, é exterior ao indivíduo, e esse não pode nem criá-la nem modificá-la. No ensino de Língua Portuguesa,

essa nova concepção, baseada no estruturalismo, trouxe mudanças, mas não tão intensas. Partiu-se da premissa de que a aprendizagem de língua materna deveria ser realizada linear e descritivamente, visto que se acreditava na existência de um conteúdo a ser transmitido pelo professor, e não em um objeto de estudo a ser (re)construído por meio da interação professor-aluno, como reforça Matêncio (1994, p.79); Nesta segunda concepção a linguagem é representada pelo código, que é a língua, pelo canal (linguagem oral ou escrita), pelo emissor e receptor.

1.3 Linguagem como forma ou processo de interação: nessa concepção, como define Travaglia (2002, p.23), a linguagem é lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Nesta terceira concepção o indivíduo usa a linguagem não só para expressar o pensamento, ou para transmitir informações para outra pessoa, mas como um processo de interação com o outro, de forma funcional e contextualizada. Essa teoria se pauta nas ideias de Bakhtin, que introduz uma definição diferenciada de Saussure no que se refere à língua.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1986, p. 123).

Dentre as concepções de linguagem apresentadas acima, a mais coerente a esta pesquisa é a terceira concepção que trata da interação social, que constitui a função da língua, nas modalidades oral e escrita, sendo esta o foco deste estudo, diante de tantas variadas expressões comunicativas. Compreender a linguagem como processo de interação é tão importante quanto à prática educativa.

Ao encontro dessa mesma ideia, Geraldi (1996, p.67) reforça a sua importância no processo de interação evidenciando que o indivíduo não é apenas constituído pela linguagem ele também constitui a linguagem.

Mais do que ver a linguagem como uma capacidade humana de construir sistemas simbólicos concebe-se a linguagem como uma atividade constitutiva, cujo lócus de realização é a interação verbal. Nesta relacionam-se um eu e um tu e na relação constroem os próprios instrumentos (a língua) que lhes permitem a intercompreensão.

Para tanto, utilizar a linguagem como forma interativa proporciona o interrelacionamento entre os indivíduos na sociedade.

1.4 A modalidade escrita, suas funções e usos

“A Linguagem escrita é um sistema de representação com símbolos, sinais e normas convencionadas em cada contexto histórico-cultural, criada pelos homens há mais de 5.000 anos, em função de necessidades de registro de fatos, ideias, acontecimentos” (Kaufman e Rodrigues, 1995).

Escrever é deixar marcas, é expressar o que pensa, ou seja, é revelar quem você é, a sua essência identitária, como forma de interação entre as pessoas de forma funcional e contextualizada. Sendo assim, o aluno constrói conhecimento nas interações sociais, fazendo uso da e sobre a palavra. Conforme Bakhtin, “A palavra sempre está carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (1986, p. 95). Ela, seja falada ou escrita, é o resultado do pensamento humano, como instrumento de interação e pertencimento social. Bakhtin/Volochinov (1999, P.112) confirma a palavra, como: “produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados”.

Diante disso, podemos concluir que o registro da linguagem revela também o registro social e cultural de um povo, e a seleção deste se faz a depender das razões particulares do produtor do texto, o que vai depender, segundo Evangelista (1998, p.122): “O registro da linguagem (mais coloquial ou mais formal), a seleção de informações e o modo de organizá-las, o tipo e até o tamanho do texto são escolhas que dependem das razões que levam o autor a escrever. Quanto mais claros forem os objetos a cumprir o texto, mais chances terá quem escreve de escolher melhor as estratégias adequadas para concretizá-las”, e é essa intencionalidade que irá definir a função que a linguagem exercerá: informar, apelar, requerer, convidar, convencer, fazer rir, opinar, entreter, refletir, e etc., o que, por sua vez, influenciará na decisão por qual o gênero textual e discursivo a ser produzido.

Na linguagem escrita, devem-se respeitar as normas cultas da língua, como também, suas variações linguísticas, suas funções e usos, para que se valorizem as heterogeneidades da sociedade. O funcionamento desta acontece nas práticas sociais, em que prevê a existência de um contexto em que surge a necessidade de se ler ou escrever algo, determinando objetivos para a leitura ou para a escrita. Este relacionamento entre leitura e escrita, proporcionada pelos sujeitos como forma de interação é empregada como ação que constitui e é constituída pelos sujeitos, sendo assim, uma atividade comunicativa.

Portanto, as línguas só existem para promover esta interação entre as pessoas. Portanto, temos que focar nos usos sociais desta língua no nosso cotidiano. Só assim, poderemos melhorar e ampliar a competência comunicativa, falando, lendo e escrevendo textos coesos e coerentes, fluentemente adequados socialmente. Assim, como bem diz Evangelista:

[...] Ninguém escreve bem sem ter o que dizer, sem saber alguma coisa sobre o assunto de que se deverá tratar. Muitas vezes, por não ter conhecimento suficiente sobre o tema, o aluno vê como única saída tentar “enrolar” o leitor: dispondo de poucos dados e sem tempo para amadurecer uma opinião pessoal, é realmente muito difícil armar uma argumentação consistente, capaz de convencer o interlocutor (EVANGELISTA, 1998, p.121).

A Língua, segundo os PCNs, tem uma função social maior, que é a de promover a capacidade de ler, debater e entender os textos que circulam em nosso meio, bem como de produzi-los em conformidade com as convenções sociais que determinam suas características e funcionalidade, considerada, assim, um ato social, e de representação de uma dada sociedade, isto é: “Interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva, dizer alguma coisa a alguém de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução” (BRASIL, 1998, p.20-21).

Portanto, a linguagem é uma atividade real viva, necessária no processo de interação entre os indivíduos, corresponde a voz individual ou coletiva da sociedade.

1.5 Níveis de Linguagem

Os níveis de linguagem referem-se ao uso da fala e escrita em determinada situação comunicativa, seja ela, oral ou escrita, formal ou informal, norteadas pelo sistema gramatical e linguístico, em harmonia com os comunicantes: emissor e receptor, conforme a intenção comunicativa à adequação desta linguagem, em relação ao ambiente, a idade, sexo, nível de escolaridade, etc. e diversas tipologias e gêneros textuais.

Cada sujeito apropria-se do discurso, ao qual, seleciona o que quer dizer ou escrever, pois, é o usuário da língua, adaptando as diferentes situações ao contexto comunicativo. Os falantes alternam a utilização dos vários níveis, pois o incorreto é não adaptar a forma discursiva ao contexto situacional.

Segundo Terra (2001, p. 22-23): “é importante afirmar que só falava e escrevia bem quem seguisse o padrão imposto pela gramática normativa, o chamado nível culto. Porém, no contemporâneo observa-se que existe outra linguagem, aquela utilizada pelos falantes segundo os linguistas.” É preciso, portanto, valorizar e respeitar qualquer estilo de linguagem, usados pelos usuários de nossa língua, pois esta, faz parte de nossa identidade cultural, é o nosso patrimônio linguístico, deve ser preservado e ampliado, porque há várias formas linguísticas de dizer a mesma coisa.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2001, p.41, v.2), temos como um dos objetivos gerais de Língua Portuguesa para o ensino fundamental o seguinte: “Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam.” Aqui apresentaremos dois níveis de linguagem, utilizados pelos usuários da língua: A Linguagem Formal ou Culta e a Linguagem Informal ou Coloquial.

1.5.1 Linguagem Formal ou Linguagem Culta

A linguagem formal ou culta é regida pela gramática normativa da língua. Esta serve de veículo da informação e comunicação entre pessoas com bom nível de instrução, é ensinada na escola, independente da classe social. É marcada pelo rigor das construções oracionais, seguindo as regras ortográficas e verificações lexicais. Em relação ao rigor prescrito na gramática normativa, afirma Silva (2007, p.14): “É basicamente impossível encontrar um falante que faça uso de todas as regras gramaticais prescritas, sem violações”.

Este nível de linguagem formal apresenta-se textos oficiais, como: discursos, relatórios, conferências, textos científicos entre outros. No entanto, a fala não se trata de uma convenção, mas do modo que cada um utiliza essa norma. Conforme os PCNs (2001, p.49, v.2): “É preciso, portanto, ensinar-lhe a utilizar adequadamente a linguagem em instâncias públicas, a fazer uso da língua oral de forma cada vez mais competente”, portanto, a língua falada é mais desprendida de normas e, por isso, mais espontânea e expressiva, o que a faz mais suscetível a modificações.

No entanto, a linguagem formal, também é marcada pelos neologismos evolutivos, originados pelos usuários da língua, expressos pela oralidade. A mudança na escrita começa sempre a partir da língua falada e, por este motivo, ela é tão importante, quanto à língua escrita. Contudo, não é toda alteração na fala que é reconhecida na escrita, mas somente,

aquelas que têm significação relevante à sociedade. Afirma Antunes: “Toda língua tem sua gramática, tem seu conjunto de regras, independentemente do prestígio social ou do nível de desenvolvimento econômico e cultural da comunidade em que é falada. Quer dizer, não existe língua sem gramática” (ANTUNES, 2003, p.85).

Assim, fica explícito que o nível de linguagem empregado será determinado pelo meio social no qual o indivíduo se encontra. Portanto, para cada ambiente sociocultural há uma medida de vocabulário, um modo de se falar, uma entonação empregada, uma maneira de se fazer as combinações das palavras, e assim por diante. A linguagem, por conseguinte, deve está em consonância com o contexto em que o emissor da mensagem e o destinatário se encontram. Pois, para cada situação linguística, ao falar ou escrever, há sempre uma linguagem adequada.

1.5.2 Linguagem Informal ou Linguagem Coloquial

A linguagem informal ou linguagem coloquial é simples e pouco elaborada. Segundo Sírio Possenti (1984), “é preciso dizer com todas as letras que todas as variedades são boas e corretas, e que funcionam segundo regras tão rígidas quanto se imagina que são as regras da língua clássica dos melhores autores. As variedades não são, pois, erros, mas diferenças”.

Em consonância com o discurso de Possenti, em relação às variedades linguísticas, todos os níveis de linguagem são bons e corretos, pois retratam a história da sociedade: grande, pequena, rica ou pobre. Devido a grande extensão territorial do nosso Brasil, desenvolvemos muitas diversidades linguísticas e culturais do nosso povo, ao qual estamos inseridos. Aqui, temos muitos falares, ou seja, muitas variações linguísticas, cada região tem um jeito de falar diferente de outra. Todas as variedades são marcas identitárias de nossa cultura. Sendo assim, como afirma o autor acima, as variedades não são erros, mas diferenças. Marcada pela espontaneidade e pelo uso menos rigoroso das estruturas sintáticas e lexicais, a linguagem coloquial também se manifesta na forma escrita, quando usamos gêneros textuais escrevemos um bilhete, uma carta e principalmente na internet representada pelas redes sociais, que permitem esta informalidade, sofrendo interferências de outros níveis usados em situações comunicativas. No entanto, ela sofre muitos preconceitos linguísticos, mas os PCNs (1997, p. 31, vol. 2) tratam disso da seguinte maneira:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação as falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito a diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que desvaloriza a forma de falar do aluno, tratando, sua comunidade como se fosse formada por incapazes.

Nós professores, convivemos com esta realidade. Ensinamos a língua culta propondo a gramática normativa, valorizamos a metalinguagem, as variações linguísticas, sobrepondo uma, em detrimento da outra.

Diante do exposto, deve-se respeitar o nível de linguagem do nosso interlocutor, pois, linguisticamente, ninguém comete erro em língua, exceto nos casos de ortografia. Cometem-se transgressões. Estes diferentes níveis de linguagem, decorrem das diversas e diferentes situações em que vivemos no cotidiano formal e informalmente.

Capítulo II – LINGUAGEM ESCRITA NA ESCOLA: COMO É TRATADA

2. Como é o ensino da gramática na escola?

O ensino da gramática na escola é uma atividade que depende muito do educador, pois, ele escolhe qual concepção educativa utilizar no seu dia a dia, porque o ensino está pautado no uso demasiado da gramática normativa. Muitos estudiosos da língua discordam da concepção de total obediência as normas gramaticais no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Marcos Bagno (2000, p.157), “A escola deveria dar o máximo de espaço para as manifestações linguísticas, concretizadas no maior número possível de gêneros textuais e de variedades da língua: rurais, orais, escritas, formais, cultas, não cultas”. Esta afirmação nos mostra a importância da escola caminhar junto com uma gramática que reflita o uso da língua, sem afastar-se das normas, dando possibilidades aos alunos de experimentar novas atividades linguísticas, isto não quer dizer que se desvalorize a gramática normativa, mas usá-la como análise referencial.

A respeito do ensino de gramática na escola, Possenti (1996, p. 75) faz algumas considerações sobre alguns “pecados” cometidos ao ensinar a gramática normativa:

A gramática normativa exclui de sua consideração todos os fatos que divergem da variante padrão, considerando-os "erros", "vícios de linguagem" ou "vulgarismos". Nos compêndios gramaticais que circulam, há sessões destinadas a classificar os "vícios" de linguagem. Certamente, a preocupação fundamental é com o padrão linguístico, mas, de fato, nessa sessão misturam-se frequentemente problemas diferentes. Sem pretender esmiuçar a variedade de problemas aí colocados num conjunto, sabe-se que eles materializam diversas preocupações:

- a) algumas têm a ver com "correção" gramatical, e aí estão, entre outros, os regionalismos e os solecismos;
- b) outras demonstram preocupação com a pureza da língua, sendo os exemplos de estrangeirismos - que deveriam ser evitados - o caso mais claro;
- c) outras mostram que os gramáticos têm também preocupação com regras de discurso - é o caso quando desaconselham os cacófatos, que, supostamente, serviriam para veicular temas ou falar de objetos censurados;
- d) finalmente, há preocupação com as funções da linguagem, em especial com a expressão clara do pensamento - daí a condenação das ambiguidades, por exemplo. A noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem.”

Para a gramática normativa a linguagem corresponde às formas de expressão observadas e produzidas por pessoas cultas, de prestígio. O erro, segundo Possenti, deve ser tratado como uma forma de revisão. Corrigir não deve ser sinônimo de humilhar e inferiorizar o outro, mas, uma ocasião para estudar, para compreender o estágio do aluno em qualquer atividade escrita, inclusive, nas produções textuais produzidas na sala de aula. Observa-se que devido a esta normatização da língua, o ensino na escola se concentra, basicamente, ao seu estudo, e quando tenta diversificar as aulas, com produções escritas, prende-se ao ensino de tipologias. Mesmo assim, com esta restrição, o espaço da sala de aula, pode ser transformado em oficina textual. Conforme Possenti (1996, p. 84):

(...) mais importante é que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras, isto é, que se torne capaz de expressar-se nas mais diversas circunstâncias, segundo as exigências e convenções dessas circunstâncias. Nesse sentido, o papel da escola não é o de ensinar uma variedade no lugar da outra, mas de criar condições para que os alunos aprendam também às variedades que não conhecem, ou com as quais não têm familiaridade, aí incluída, claro, a que é peculiar de uma cultura mais "elaborada". É um direito elementar do aluno ter acesso aos bens culturais da sociedade (...).

Escrever não é uma tarefa fácil (inclusive, para muitos especialistas), portanto, muito mais difícil, para os alunos em formação, devido às normas e diversidades de tipos de textos, pois, para escreverem têm que organizar logicamente os elementos de um texto, permitindo assim, ao interlocutor, a atribuição do significado global do mesmo. Muitas das vezes, os alunos preocupam-se mais em não errar, em escrever o que o(a) professor(a) espera, tentam utilizar um nível de linguagem que não é o seu, acabam repetindo frases, sem coesão e sem coerência textual. Isto ocorre porque, estão se preocupando em interagir com o seu leitor.

Assim, o ensino de língua não pode ter outro objetivo senão o de chegar aos usos sociais desta, como ela acontece no dia a dia das pessoas. Desta forma, poderá ampliar a competência comunicativa do nosso educando para ler e escrever textos fluentemente.

Portanto, como diz Possenti (1996, p. 87) “Ensinar gramática é ensinar a língua em toda sua variedade de usos, e ensinar regras é ensinar o domínio do uso”. Desta forma, ensinar a Língua Portuguesa consiste em propiciar ao aluno não apenas o conhecimento da estrutura gramatical de sua língua, mas, principalmente, como utilizar todas as tipologias conhecendo suas funções sociais, sabendo onde, como e porque usá-las.

2.1 Tipologia textual na escola

Sabemos da importância da produção textual na escola como ferramenta fundamental ao ensino da língua, a qual tem uma função e uma ação social, um saber a ser construído. Daí, quando estivermos ensinando língua na escola, devemos partir do texto, e construir este sob o enfoque das seguintes perguntas, que são essenciais para encararmos e produzirmos um texto como um instrumento de e para a interação social. Tais perguntas são: O que fazer? Como fazer? Que textos utilizar em sala de aula? Quais tipologias e gêneros? Quais os usos e funções destas tipologias?

Portanto, o trabalho com as tipologias deve preparar o aluno para diversas composições de quaisquer outros gêneros. Mas, o tratamento com a escrita na escola é muito difícil, se reduz praticamente ao ensino das tipologias, pois ainda, há uma incompreensão dos usos e funções que os tipos de textos desempenham socialmente na escola. Sendo assim, uma certa tipologia, não garante aos educandos dominar os demais tipos, que ainda estudarão ao decorrer dos anos escolares.

Conforme orientam Kaufman e Rodrigues (1995, p. 45), “selecionar material de leitura aos alunos consiste em um ato avaliativo, ou seja, selecionar implica avaliar e, portanto, acatar o caráter de objeto passível de avaliação de todos os materiais de leitura: os objetos a selecionar estão sujeitos a juízos racionais em função de diversos critérios a determinar. Cada professor traça seus objetivos para obter a aprendizagem, envolvendo os processos de leitura, a compreensão leitora, as funções dos textos, os discursos”.

As autoras acima citadas faz-nos refletir sobre o processo avaliativo de nossa prática pedagógica. Ainda acrescentam, a seguir, uma classificação de sete características formais de tipologias textuais (Literários, jornalísticos, informação científica, instrucionais, epistolares, humorísticos e publicitários), focadas em tramas discursivas distintas: Narrativa, descritiva, argumentativa ou conversacional. Eis as classificações das tipologias textuais abordadas por Kaufman e Rodrigues (1995):

1. Literários: conto, novela, obra teatral, poema, memória;
2. Jornalísticos: Artigo de opinião, notícia, reportagem, entrevista;
3. Informação Científica: Definição, nota de enciclopédia, relato de experimento científico, monografia, biografia, relato histórico;
4. Instrucionais: Receita, instrutivo;
5. Epistolares: Carta, solicitação.
6. Humorísticos: História em quadrinhos, piada;
7. Publicitários: Aviso, folheto, cartaz (Kaufman e Rodrigues, 1995).

As diversas tipologias textuais apresentadas acima permeiam todas as classes sociais, os ambientes formais e informais do nosso cotidiano. Por isso, são de extrema importância para interação comunicativa, não só em sala de aula, mas em qualquer ambiente da sociedade.

Ao trabalhar com estas variedades textuais, consideremos os usos e funções da língua, como ela acontece no cotidiano. É muito importante que selecionemos e apresentemos aos alunos as diferentes leituras e os diferentes tipos de textos para que saibam como se escrevem ou leem. Só assim, proporcionará uma construção de aprendizagem significativa vivenciada através das interações sociais, ampliando as competências comunicativas dos educandos.

Portanto, a escola tem que ser um espaço efetivo da língua, numa situação comunicativa. Restringir a escrita à tipologia é bloquear este contato da escrita com o educando, e também, um momento de reflexão da própria língua. Sendo assim, tem que ver o aluno como sujeito de interação verbal, indo para além das tipologias textuais da sala de aula.

Dentre os textos mencionados acima, nos atentaremos ao tipo jornalístico, e especificamente ao gênero Artigo de Opinião. Ainda assim, vale salientar que esta tipologia jornalística, é assim denominada por ter o objetivo de informar, circulando em função dos jornais, revistas e periódicos. O artigo de opinião também compõe este tipo textual com sua função própria de uso.

A tipologia textual, artigo de opinião, é a classificação tipológica utilizada como objeto de estudo desta pesquisa, pela qual, foi abordado o tema: Direitos humanos e relação homossexual. Caracteriza-se por ser um texto jornalístico, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, no qual o autor expõe claramente sua opinião, utilizando de argumentações em defesa da mesma. Esta forma dissertativa compreende tais características: contém um título polêmico ou provocador; expõe uma ideia ou ponto de vista sobre determinado assunto; utiliza verbos predominantemente no presente, e ao final, o autor conclui reforçando sua opinião sugerindo suas perspectivas acerca de uma situação problema.

Além de trazer a importância da estrutura textual, este também se mostra importante, por fazer parte de um gênero dissertativo que vem sendo cobrado por bancas avaliadoras, como por exemplo, Enem, processos seletivos e Concursos Públicos para os mais variados cargos.

CAPITULO III - AS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS ALUNOS DA ESCOLA EEEFM MARIA LINS DO 9º ANO À LUZ DA ANÁLISE DE CONTEÚDOS E DA INTERAÇÃO SOCIAL

3. Sobre a Escola Est. de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins

A escola sempre foi e será um espaço de interação social, entre todos os que dela participam, direto ou indiretamente, por isso, destaco aqui, a instituição de ensino, a qual faço parte como professora. A Escola Estadual de Ensino F. e Médio Maria Lins está situada na zona urbana de São Miguel de Taipu - PB, localizada na Avenida Emília Augusta, 25 – Centro.

A origem do nome da Escola Maria Lins vem homenagear uma ilustre senhora de São Miguel de Taipu, e por ser a tia tão querida do sobrinho escritor José Lins do Rêgo, que é o orgulho de nossa história. No início a escola era denominada de Grupo Escolar Maria Lins, e no ano de 1981, através da Portaria n.º 767 padrão A3, e Decreto n.º 8964 datado de 12/03/1981, passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Maria Lins e no ano 2000, com a nova reforma do Ensino pela nova Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB n.º 9.394/96), passou a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins – EEEFMML, permanecendo até os dias atuais.

Possui mais de 600 alunos do ensino Fundamental ao Médio. Neste ano de 2014, esta escola foi contemplada ao ver o nome de duas alunas na lista de aprovação do Concurso Estadual de Redação João Pedro Teixeira, na categoria Artigo de Opinião, tipologia abordada neste estudo, sob a orientação da professora que faz a presente pesquisa.

Nesta escola há duas turmas de 9º ano, A e B, com 24 alunos, em cada turma, em turnos diferentes, manhã e tarde, leciono a turma B, no turno tarde, a qual foi objeto de estudo. Como dito acima, na referida turma, há 24 alunos, dos quais, 20 estavam presentes na aula do dia 17 de fevereiro de 2014, momento em que foi desenvolvida uma aula de redação tomando como ponto de partida uma polêmica que surgia a partir da novela Amor à vida, sobre a relação e o beijo homossexual entre os personagens de Félix (Matheus Solano) e Nico (Thiago Fragoso).

Assim, a aula começou com um vídeo, retirado do site da novela, em que passava a cena em que ocorria o beijo entre tais personagens. A partir da cena fizemos um pequeno debate acerca das relações homossexuais e se estas devem ter o mesmo direito humano, assim

como as relações heterossexistas. Após este debate, foi retomada a explicação sobre o gênero textual Artigo de opinião, tomando como base explicativa a estrutura que deve conter tal texto e o que se apresenta em cada parte dele (introdução, desenvolvimento, conclusão). Desta forma, foi solicitada uma produção de um artigo de opinião, sobre o tema: DIREITOS HUMANOS E RELAÇÃO HOMOSSEXUAL. Diante do universo total de 20 alunos, foram escolhidas 12 delas, as quais foram classificadas em três níveis: boas, medianas e razoáveis.

3.1 Sobre a Análise de conteúdos: Surgimento e conceituação

De acordo com Bardin (1994, p. 18), o conceito sobre análise de conteúdo circula entre os pesquisadores, há algum tempo, afirmando que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Na sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Entretanto, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais valorizadas as abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar. Para Godoy (1995) “A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”.

Assim como assinala Rocha, Galbi e Simão citando Godoy (2004, p. 5), “qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser traduzida pelas técnicas de análise de conteúdo”. Isto é, parte do pressuposto que por trás do discurso aparente, esconde-se um outro sentido que convém descobrir, sofrendo as influências da busca da cientificidade e da objetividade recorrendo a um enfoque quantitativo que lhe atribuía um alcance meramente descritivo, sendo que este método não surtiu um bom efeito, visto que as análises das mensagens se faziam pelo cálculo de frequências, conforme afirma Godoy. A partir dessa constatação, cedeu lugar à análise qualitativa, possibilitando a interpretação dos dados, pela qual o pesquisador passou a compreender características, estruturas e/ou modelos que estão por trás das mensagens levadas em consideração.

Corroborando com este novo tratamento dado, Vergara (2005, p.15) defende que: “A Análise de Conteúdo é considerada uma técnica que visa identificar o que está sendo dito a

respeito de determinado tema”; ou seja, a partir destes conceitos, vemos que a Análise de Conteúdo é um método, uma técnica de interpretar um objeto de estudo, em que o pesquisador faz uma leitura interpretativa dos dados. Em que o contexto situacional é sempre considerado pelos cientistas. O analista tenta ler o que está escrito nas entrelinhas, analisa o que não foi dito.

Além destes cientistas, acima citados, outros pesquisadores utilizaram e ainda utilizam este método nas ciências sociais. Como sinaliza Bardin (1977) surgiu no início do século xx nos EUA para analisar o material jornalístico, relacionado à comunicação nas décadas de 1940, 1950 e 1960, tendo contribuído para o desenvolvimento científico de Análise de Conteúdos para outras áreas, dentre elas, a linguagem, que por sua flexibilização sempre acompanhará as transformações culturais e científicas da sociedade. Portanto, esta técnica existe há muito tempo, contribuindo com o crescimento científico.

A Análise de Conteúdo possibilita que uma leitura profunda das comunicações ocorra, indo além da leitura aparente. Não é possível uma leitura neutra. A função do analista é semelhante ao do arqueólogo, do detetive, ou do psicoterapeuta. Freud já nos falava da linguagem oculta, Vygotsky (2000, p.182-183) nos diz: “Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação. Nenhuma análise psicológica de um enunciado estará completa antes de se ter atingido este plano”. De outro modo, pode-se dizer que a linguagem é construída socialmente.

Este método aparece como um instrumento para a compreensão da construção de ideias que os atores sociais, neste caso, os educandos, exteriorizam nos seus discursos textuais, analisados no presente estudo, sobre a análise dos níveis de linguagem escrita dos alunos, análise dos conteúdos e interação social. O que permite a pesquisadora, conhecer suas ideologias, estruturação do texto, domínio de conteúdo, consistência argumentativa, como também, conhecer a interpretação em relação a sua realidade. Com isso, o contexto deve ser considerado, deve ser explicitado, muitas vezes este conceito é desconstruído, pois considera-se além do conteúdo, toda leitura se constitui numa interpretação.

O exame de um texto serve de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser focado em função de diferentes perspectivas. Por isso, um texto contém muitos significados, conforme colocam Olabuenaga e Ispizúa (1989, p.185):

- (a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo;
- (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor;
- (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes;
- (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Isto ocorre devido a inferência que possibilita que o sujeito leitor interprete o que não foi dito ou escrito no texto, como também, um mesmo texto pode ter interpretações diferentes sob à ótica e análise de diversos analistas.

3.2 Sobre os Educandos do 9º ano da escola pesquisada

Os educandos que compõem o objeto de pesquisa deste estudo são adolescentes e jovens entre 14 e 20 anos, oriundos do meio rural, residentes em vários assentamentos e sítios que fazem parte do nosso município. Neste contexto situacional, exerço a ação investigativa, utilizando o método de pesquisa qualitativa. Faço esta abordagem metodológica qualitativa, considerando que “o pesquisador orientado pelo enfoque qualitativo tem ampla liberdade teórico-metodológico para realizar o seu estudo” (Trivinões, 1987, p.133).

Realizar uma atividade de pesquisa em caráter analítico-crítico, através da linguagem escrita, precisa-se estar em contato com o outro. Todavia, a condição de pesquisadora exige um “distanciamento” que possibilita minimizar as intervenções que, certamente esta proximidade provoca. Esta não é uma atividade fácil. Por isso, temos os alunos iniciantes do 9º ano, que estão chegando de outra escola e ou, estudaram com outros educadores de Língua portuguesa da nossa instituição, como objetos desta pesquisa.

Ao realizar este trabalho, tenho como objetivo: Analisar as abordagens temáticas em produção textual, buscando compreender como estão os níveis de linguagem escrita destes educandos, e o nível de estruturação mental em relação aos conteúdos. Nesta perspectiva, tenho feito as seguintes reflexões: Como estão os níveis de linguagem escrita destes educandos? Quais são suas ideologias? Como está a estruturação textual e argumentativa? E a ortografia, pontuação, referente à norma culta da língua? Conhecem as tipologias e gêneros textuais?

A metodologia desta pesquisa vai além do estudo de tipologias e de gêneros textuais. Nesta turma pesquisada foi desenvolvido um trabalho de produção textual de artigo de opinião, no qual, foi trabalhado o tema: Direitos humanos e relação homossexual, tomando

como base a cena dos personagens Félix e Nico (representados pelos atores da rede globo) da novela, Amor à vida, e a polêmica causada pelo beijo gay televisionado.

Aqui apresentaremos os resultados das análises dos educandos. O nosso objetivo não é ir em busca de erros, visando a linearidade textual, mas analisando as formas de construção da linguagem escrita. A seleção dos 12 textos não foi realizada aleatoriamente: fizemos uma seleção entre 20 textos, dos quais, 12 serão analisados seguindo os critérios categóricos abaixo:

3.3 Estruturação do texto

Apresentaremos alguns textos das produções dissertativas analisadas, estas escolhas foram feitas a partir de três categorias: bom, ruim e mediano. Considerados assim, em relação à totalidade de produções escritas. Quando reservou-se esse critério de estruturação, pensamos em mostrar como os alunos tendem a pensar a estrutura de um texto dissertativo na prática, buscando observar se eles atentariam para a presença de título e das mais elementares partes do texto dissertativo, que são introdução, desenvolvimento e conclusão, o que nos faz exigir deles, ao menos, três parágrafos. No entanto, essas duas expectativas não aconteceram tão comumente no texto.

Dentre os textos analisados, vimos que apenas 4 deles apresentam, no mínimo três parágrafos, como podemos verificar as quatro melhores produções:

1- Direitos Humanos e Homossexualismo

“Eu concordo com todos os direitos e deveres da sociedade, pois o homossexualismo hoje é visto com preconceito, hoje é exclusão social, estamos vivendo em um país democrático.

O homossexualismo é uma forma diferente de amar, hoje em dia temos o direito de escolher, de optar e de até decidir o que queremos. O chato de tudo é que nos dias atuais falta uma coisa muito importante o respeito.

Pois, devemos aceitar as escolhas de todos, vivemos hoje em um país democrático, se deve aceitar, e simplesmente ignorar a proposta.

Eu concordo com todos os direitos humanos, e principalmente com o homossexualismo, pois é um direito de todos sobre as escolhas”.

(Aluno L. N. S.)

2- “Na minha opinião eu concordo com o jeito de amar de cada um, pois, se homens gostam de homens e mulheres de mulheres é porque eles se amam e se gostam, pois todos tem seus direitos de amar quem quiser, mesmo se eles forem do mesmo sexo, pois nenhum é igual a outro todos nós somos diferente um do outro.

Se eu gosto de outra mulher o gosto é meu, pois não sou igual a você, se você não gosta de mim do jeito que sou eu não acho ruim, eu simplesmente vou respeitar sua opinião.

Eu posso dizer que eu não tem preconceito com pessoa diferentes de mim, ao contrário, eu acho uma coisa interessante, pois para nós nem tudo é igual e nem todo mundo tem o mesmo jeito um do outro todos nós somos diferentes mesmo se vivemos no mesmo ambiente. Esse é meu jeito de concordar com o jeito de cada um”.

(Aluno *L. S. B*)

3- “Foi normal, porque hoje em dia isso é uma coisa normal, e o que nós devemos fazer apenas é respeitar e aceitar tudo do jeito que está, porque com a aceitação nós aprendemos a conviver bem com as pessoas.

Já que nós não podemos fazer nada para mudar isso o que está acontecendo, o melhor a fazer é aceitar e o melhor de tudo respeitar e se dar bem com tudo o que está acontecendo.

O mais importante é que eles estão felizes, e nunca devemos tratar isso com violência, e sim com bastante respeito”.

(Aluno *A. M. N*)

4- Amor à vida

“O homossexualismo na minha opinião não é normal, porque Deus fez o homem pra viver com a mulher.

Eu sou contra! Mais eu não posso fazer nada porque eu não iria gostar de ter um irmão homossexual. Mas eu respeito as escolhas deles.

O que ocorreu na novela não foi certo, mas foi uma maneira de mostrar para os homossexuais que eles não tem que ter vergonha de mostrar o que ele é de verdade.

Porque isso foi uma escolha deles, nós devemos respeitar, porque cada pessoa tem a sua opinião”.

(Aluno *N. C. F.*)

Ao escolher estas dissertações como boas, não quer dizer que apresentem alto nível gramatical, pois trata-se do critério estrutura do texto, portanto, analisamos sob a ótica da sua adequação a tipologia abordada, conforme a intenção comunicativa e o conhecimento de mundo, apresentando sobretudo, uma boa estruturação textual (no mínimo três parágrafos) com introdução, desenvolvimento e conclusão, diante do universo analisado.

Mesmo apresentando estrutura em três parágrafos, no mínimo, as quatro redações acima citadas e analisadas, apenas duas delas apresentam título, o qual não traz nenhuma criatividade, ora porque reproduz o tema da discussão feita em sala (**DIREITOS HUMANOS E HOMOSSEXUALISMO**), ora o título da novela (**AMOR À VIDA**).

Em contrapartida, as demais aparecem com dois parágrafos apenas, das quais a considerada mais deficiente foi a de *Y. K. A. de S.*, que segue abaixo:

“--Segundo a cena da novela Amor à vida, onde foi abordado o tema do relacionamento gay que gerou muita polêmica.

Na minha opinião, não sou a favor da cena que aconteceu na novela, pois muitos jovens se espelham em atrizes e atores, a rede globo por ser um canal de alto público principalmente adolescentes, não deveria ter exposto cenas inadequadas não sou a favor porém, respeito, pois todos tem a liberdade de escolher sua opção sexual”.

(Aluno Y. K. A. S.)

Esta redação estruturalmente é considerada como ruim, pois, começa o texto com uma forma estranha de estruturá-lo, pondo um travessão na primeira linha.

Ainda em relação às redações que não apresentaram uma estrutura aceitável, quanto ao número de parágrafos, podemos perceber que, em apenas uma delas, há título, o qual recebe o nome (BEIJO HOMOSSEXUAL). Mesmo assim, há um distanciamento com uma boa estruturação de texto.

3.4 Apresentação e domínio do conteúdo

Esse critério objetiva mostrar como é que ocorre a análise do conteúdo no desenvolvimento do texto. Não trataremos aqui apenas da maneira como se faz essa apresentação de conteúdo, mas, sobretudo, atentaremos acerca da validade e da pertinência em relação aquilo que é dito. Portanto, vale dizer que escolhemos aqui, três produções, as quais são classificadas em boas, medianas e ruins.

A redação considerada como boa ou muito boa foi a de *N. C. F.*, como podemos ver adiante:

Amor à vida

“O homossexualismo na minha opinião não é normal, porque Deus fez o homem pra viver com a mulher.

Eu sou contra! Mais eu não posso fazer nada porque eu não iria gostar de ter um irmão homossexual. Mas eu respeito as escolhas deles.

O que ocorreu na novela não foi certo mais foi uma maneira de mostrar para aos homossexuais que eles não tem que ter vergonha de mostrar o que ele é de verdade.

Porque isso, foi uma escolha deles, nós devemos respeitar, porque cada pessoa tem a sua opinião”.

Aluno(a) *N. C. F.*

No entanto, a redação classificada como mediana foi a de *F. M.*, como se pode ver:

Amor á vida

“O beijo serviu como uma lição para algumas pessoas muito preconceituosas, mais também, foi uma cena um pouco forte, para as crianças que estavam assistindo a novela naquele horário, porém, todos nós temos as nossas escolhas, como a novela retratou o personagem Félix no começo era casado mais homossexual, só que não demonstrava muito, pelo preconceito do pai, mais teve um certo ponto que ele não aguentou e falou, naquele momento, ele foi muito discriminado por toda a sua

família. Eu não sou contra, muito menos a favor, mas nós temos as nossas escolhas e eles fizeram suas escolhas, então, o que nós devemos fazer é simplesmente respeitar a sua escolha.” (F. M)

Ao analisar a opinião acima, deve-se chamar a atenção para algumas informações dadas nessa passagem do texto. São elas:

1. Quando diz que foi uma cena forte, principalmente porque as crianças estavam assistindo a novela naquele horário. O que acontece no espaço privado dos lares é de responsabilidade e de escolha dos pais e, ou responsáveis. Há uma lei de classificação etária para programas televisivos, decretada pelo Presidente da República, na portaria 796/2000, como podemos observar abaixo:

Considerando a necessidade de adaptar os novos parâmetros da classificação indicativa à legislação superveniente, o Ministério da Justiça exarou a Portaria nº 796, de 08 de setembro de 2000, acrescentando mais uma faixa etária às já existentes (12, 14 e 18 anos): a de 16 anos.

Quanto aos programas de televisão, para estes há restrição ao horário de veiculação, sendo classificados segundo critérios que levam em conta a presença de cenas de violência ou exibição de atos sexuais e desvirtuamento dos valores éticos e morais (artigo 5º da Portaria nº 796/2000), sendo, portanto, terminantemente vedada a sua transmissão em horário diverso do permitido (artigo 2º da Portaria nº 796/2000). Segundo informações fornecidas pelo Ministério da Justiça, os programas de TV são classificados da seguinte forma:

	Grau	Categoria (O que são)	Idade	Horário
V I O L Ê N C I A	1º	Extrema violência ("Cenas de crueldade exacerbada, agressões causadoras de mutilações chocantes, atos perversos e sadismo").	18	23h
	2º	Violência grave ("Agressões físicas com armas ou não, sem enfatizar cenas realistas de ferimentos, mutilações e terror").	16	22h
	3º	Violência ("Agressões físicas contundentes com armas ou não").	14	21h
	4º	Violência leve ("Cenas sem assassinatos e crueldade capaz de traumatizar psicologicamente").	12	20h

Os Meios de Controle da Programação Televisiva

S E X O	1º	Sexo explícito ("O ato sexual exibido ostensiva e detalhadamente sem sutileza. Perversões, estupro").	18	24h/5h
	2º	Sexo ("O ato sexual propriamente dito sem exibição detalhada. Abuso sexual ou atentado grave ao pudor").	18	23h
	3º	Sexo atenuado ("O ato sexual sem detalhamento").	16	22h
	4º	Insinuação de sexo ("O ato sexual sugerido").	14	21h
	5º	Insinuação de Sexo leve ("Cenas libidinosas promovendo o despertar sexual prematuro").	12	20h

Fonte: Ministério da Justiça *apud* Ética na TV (Disponível em: <http://www.eticanav.org.br/pagina.php?id_pag=141&idioma=0>. Acesso em 09 nov. 2005)

2. Quando trata a homossexualidade como escolha, quando os estudiosos de gêneros e sexualidade dizem que não se trata de escolha, mas de orientação, identificação, como se pode ver conforme Weeks (2007, p. 65):

(...) embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessa sociedade, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada.

Ou mais, especificamente, ao tipo de comportamento que o personagem Félix tinha (de ter um casamento heterossexual) e então decidir desistir deste, em busca de sua verdadeira completude. Mesmo casado com uma mulher, este personagem levava uma vida dupla, às escondidas, quando ia saciar o seu desejo sexual com aqueles com quem realmente o identificava. Sobre isso, Dráuzio Varela trata:

Em matéria de comportamento, o resultado do impacto da experiência pessoal sobre os eventos genéticos, embora seja mais complexo e imprevisível, é regido por interações semelhantes. No caso da sexualidade, para voltar ao tema, uma mulher com desejo sexual por outras pode muito bem se casar e até ser fiel a um homem, mas jamais deixará de se interessar por mulheres. Quantos homens casados vivem experiências homossexuais fora do casamento? Teoricamente, cada um de nós tem discernimento para escolher o comportamento pessoal mais adequado socialmente, mas não há quem consiga esconder de si próprio suas preferências sexuais.

Essa questão sobre homossexualidade ser uma escolha também foi difundida não somente nos artigos científicos e livros, mas também em vídeos facilmente acessíveis pelo Youtube, a exemplo do que aparece no link (<http://www.youtube.com/watch?v=iXSgaMD021Q>), o que merecia ser utilizado como recurso metodológico em sala de aula a fim de se travar uma discussão sobre o tema.

A redação considerada ruim foi a de *G. DA S.* visto que houve um tangenciamento do tema, uma vez que a aluna fala do quanto foi incrível e como a cena deve ter marcado a vida dos atores.

Na minha opinião, eu acho que aquele beijo não foi uma das cenas mais surpreendentes da novela Amor á vida, eu acho que aquele beijo não foi normal para os atores, Mateus Solano e Tiago Fragoso, como: Félix e Nico.

Aquele beijo criou muitas polêmicas nas redes sociais, também aquela cena foi realmente incrível, acho que as pessoas do Brasil ficaram realmente chocadas com aquele beijo. Eu nunca vi uma cena igual aquela, acho que aquela cena marcou a história dos dois atores. Na minha opinião, os dois atores nunca vão esquecer daquela cena que aconteceu na novela amor a vida. Eu não sou contra o homossexual, o que eles quiser fazer, ele faz porque é a vida deles. O que tiver de fazer faz, é problema dele e de mais ninguém, por isso que eu não sou contra”.

Aluno(a) G. da S.

Os textos analisados apresentaram em sua maioria um domínio de conteúdo sobre o tema proposto, apesar de toda subjetividade e abrangência que o tema agrega. Muitas destas dissertações mesmo tendo consciência do assunto, não usaram argumentos para sua sustentação. Mesmo o texto tendo sido escrito após uma discussão, numa excelente interação em sala de aula. No entanto, outros textos faltavam-lhe conteúdo, demonstrando assim, pouco conhecimento de mundo, pouca informação dos fatos e acontecimentos da atualidade, apesar de ser um fato polêmico televisionado, alguns educandos não conseguem transcrever as discussões informais para a linguagem escrita com domínio de conteúdo.

3.5 Consistência argumentativa

Em consonância com o nosso estudo feito em sala, acerca de texto dissertativo-argumentativo, e mais especificamente sobre ARTIGO DE OPINIÃO, e como tal deve ter presença de argumentos adequados, claros, concisos e coesos, como ensina a professora Sandra Franco (1998, p. 03):

A linguagem dissertativa: adequação, clareza, concisão, coesão. Há outras possibilidades de argumentar: fazendo constatações, realizando uma pequena narrativa que servirá como exemplo. Por isso é importante que você leia e vá

arquivando informações que serão usadas no desenvolvimento de seu texto. Você pode misturar essas formas e argumentação com o cuidado de manter a chamada COESÃO textual – as ideias de um parágrafo devem ser decorrência do parágrafo anterior ou preparação para os argumentos que serão expostos”.

Manter esta consistência argumentativa, não é fácil, para quem não mantém o hábito da leitura, falta-lhe conhecimento de mundo, pois esta consistência, ainda agrega uma linearidade textual estruturalmente coerente com a discussão do tema, mantendo em sintonia com suas ideias.

Entretanto, diferentemente de como fizemos nos critérios acima, em separar em três classificações as análises, não exerceremos a mesma metodologia, visto que não foi percebida muita diferença entre as redações no tocante aos argumentos escolhidos e postos em seus textos. Os argumentos aqui estão arraigados a uma formação religiosa ou reprodução do senso comum, como podemos observar:

- **RELIGIOSIDADE -**

"no meu ver, eu acho que o homem é feito para ficar com a mulher..." (Aluna: *L. do N. S*)

"Pra mim isso tudo não é certo, já que desde o principio o mais comum sempre foi ver a união de pessoas de sexo diferente." (Aluna: *M.C.D*)

"O homossexualismo na minha opinião não é normal porque Deus fez o homem para viver com a mulher." (Aluna *N.C.F*)

De um modo mais explícito ou não essas redações mostram a influência religiosa que há por trás dos discursos deles.

- **TOLERÂNCIA -**

Em muitas das redações, percebemos que há uma notável tolerância e respeito dos seus produtores quanto à questão do homossexualismo, mesmo quando eles não aceitam, mesmo quando eles pensam que não querem ter ninguém da família com este perfil, eles tendem a aceitar.

“Eu sou contra! Mais eu não posso fazer nada porque eu não gostaria de ter um irmão homossexual. Mas eu respeito às escolhas deles.” (*N. C. F.*)

“O que nós devemos fazer apenas é respeitar e aceitar tudo do jeito que está, porque com a aceitação nós aprendemos a conviver bem com as pessoas”. (*A. M. N.*)

“(...) Mesmo que alguém não aceite a opção do outro, apenas, respeite”. (F. M. S.)

“(...) Obviamente com o meu conceito de família eu não queria ter um filho ou uma filha homossexual, mas, caso acontecesse, respeitaria com certeza”. (M. C. D)

- **NÃO À VIOLÊNCIA –**

“O mais importante é que eles estão felizes e nunca devemos tratar com violência, e sim com bastante respeito”. (A. M. N.)

“Eu não concordo com essa atitude mais não sou de criticar. Além do mais, temos que aceitar sem violência”. (L.S. B.)

A partir dos fragmentos expostos acima nesta análise, verifica-se a presença das marcas da subjetividade, em relação a formação religiosa e a reprodução do senso comum. Os educandos constituem-se como sujeitos do que falam, ou seja, sujeitos dos próprios discursos: “eu não concordo com...”, “Eu sou contra...”, “no meu ver...”(verbo na 1ª pessoa), e ou, ainda, “temos que...”(verbo na 3ª pessoa), assumindo-se assim, como sujeitos conscientes e comprometidos com os seus discursos, ou o contrário, não querendo comprometer-se com o que foi dito.

3.6 Os limites para além da sala de aula, da avaliação

Como foi ensinado em sala de aula o trabalho da produção de texto como reconhecimento de gênero textual, e no caso específico, com o artigo de opinião, esperávamos que os alunos tomassem uma linguagem e uma estrutura em que se dirigisse mais impessoalmente (em vez de ficar implícito que o único interlocutor seu é o professor, que lerá seu texto), além de se assumir como autor de um artigo de opinião, e neste como composição a sua assinatura.

- **DELIMITAÇÃO DE INTERLOCUTORES –**

Vimos, no entanto, que não houve nenhum registro que recuperasse esse ensinamento na sala, o que nos deixa claro que tem que haver uma retomada do assunto em sala de aula, para que então, possamos dizer de fato que temos exemplos concretos de artigos de opinião. Percebe-se uma instabilidade textual, pois a subjetividade aparece como uma ação construtiva

da argumentação, porque se trata de um texto opinativo, pois manifestam direta ou indiretamente seus pontos de vistas, em relação ao tema abordado.

No entanto, alguns deles, apresentaram baixíssimas condições de produções, pois são frágeis sem conteúdo, demonstrando uma desordenada sucessão estrutural do texto, não seguindo uma sequência lógica: introdução, desenvolvimento e conclusão. Ocasionalmente pelo desconhecimento desta tipologia e pouca prática da escrita em sala de aula e no seu cotidiano, deixando assim, de desempenhar a sua função social.

O aluno assumindo a postura como foi assumida aqui deixa evidente, que para eles o gênero em produção não passa de uma redação. Sobre essa dificuldade de destituir esse pressuposto, muitos estudos foram desenvolvidos, mas para este momento é muito bem-vindo a passagem do texto de Bronckart (2003, p.48): “Conhecer um gênero de texto também é conhecer suas condições de uso, sua pertinência, sua eficácia ou, de forma mais geral, sua adequação em relação às características deste contexto social”.

Como bem disse, Freire (1989, p.19): “(...) não é possível texto sem contexto”. A partir do contexto em que o aluno está inserido, neste caso, o tema polêmico discutido, ele pode se apropriar da linguagem em forma de texto escrito, e dizer algo que acha interessante.

Portanto, mediante as análises e reflexões, percebem-se a importância dos educandos trabalharem com a linguagem escrita usando e conhecendo as diversas tipologias textuais, o ensino pautado em produções de textos.

Considerou-se também, que a linguagem escrita na escola deve estruturar-se não só, como uma forma de redação na norma padrão da língua, mas também, outras formas de ensino, adequada a situação comunicacional para o qual, foi produzido conforme a tipologia aplicada, vinculada ao compromisso da escola em ir além da sala de aula, educando com o conhecimento de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Linguagem escrita dos alunos do 9º ano: análise dos conteúdos e interação social,” buscou averiguar junto aos alunos do 9º ano, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins, no município de São Miguel de Taipu-PB, o nível de linguagem escrita, em uma tipologia textual, artigo de opinião, buscando compreender a estruturação mental em relação ao conteúdo abordado, demonstrando assim, domínio de conteúdo e consistência argumentativa por se tratar de um artigo de opinião como gênero dissertativo.

Para o cumprimento deste objetivo, fez-se necessário entender as funções e usos da escrita, as concepções, modalidade e níveis da linguagem e suas tipologias textuais e ainda, o estudo sobre a análise dos conteúdos, seu surgimento e conceituação. Neste demonstrativo, pudemos perceber o quão denso e importante é trabalhar este tema, pois trata de uma necessidade para o aprimoramento do ensino de língua portuguesa, entender a aquisição da linguagem como um processo de interação social, em que a escrita é uma atividade ativa que precisa ser desenvolvida e estimulada na escola para ir além dela, fazendo uso das diversas tipologias textuais. Conforme os PCNs, “o trabalho com produção de textos tem como finalidade formar escritores competentes capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes” (Brasil, 1997, p.31, vol.20).

Como discutido ao longo deste estudo, constatou-se que o nível de linguagem escrita dos educandos precisa ser melhorado, portanto, faz-se necessário, a prática do ensino das diversas tipologias em sala de aula com adequação a situação comunicativa para o qual foi produzido, deixando assim, de ser apenas uma forma desvinculada de redação. Para tanto, defende-se um ensino em que as práticas de linguagem estejam interrelacionadas de forma contextualizada, de modo que o aluno domine as habilidades de uso da língua em circunstâncias reais de interação.

Portanto, ter realizado esta pesquisa acerca da linguagem escrita das produções dissertativas dos educandos, sob a ótica da técnica de análise de conteúdos, a partir da tipologia textual, artigo de opinião, foi extremamente importante para o processo de ensino aprendizagem, sobretudo, reflexiva e norteadora para minha prática. Por isso, vale ressaltar, a importância da língua, suas funções, variações e usos, reconhecendo-a como um ato social e essencial para o processo de interação entre as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é como se faz**. 9. Ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Tradução por M. Lahud e Y. F. Vieira. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. M. Volochinov, V. N. (1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa. Ministério da Educação e do Desporto. V.2, Brasília, 1997.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Ana Maria Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- CAVALCANTI, Maria do Socorro Lopes. **Metodologia do trabalho científico**. Maria do Socorro Lopes Cavalcanti, Verônica de Fátima Gomes de Moura-3ª Ed. – UFPB/CCHLA/DCSA. Proeja. In: Eixo 5: Didáticas na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos, abril/2009.
- CRUZ, Luciana Cristina Vargas. **Concepção Gramatical e Formação docente**. In.: Anais do 6º Encontro CELSUL (Círculo de Estudos Linguísticos do Sul), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 3 a 5 de novembro de 2006.
- EVANGELISTA, A. M; et al. **Professor leitor, aluno-autor: reflexões sobre a avaliação do texto escolar**. Belo Horizonte: Formato Ceale (FAE- UFMG), 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Coimbra: Almeida, 2005. ISBN9789724016948
- FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** In: São Paulo (estado) Sec. Educ. CENP. O currículo e a compreensão da realidade. Projeto Ipê. 1991.
- FRANCO, Sandra. **Redação**. Teleinternet. Aula 7. Folha de São Paulo, 29/10/1996.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1994.

_____, S. **Gramática e Política**. In GERALDI, J. W. (org.) **O texto na sala de aula**. Cascavel, Assoeste, 1984

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualificativa e suas possibilidades**, In. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, Mar./ Abr. 1995 a, p. 57-63.

KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Elena. **Escola, Leitura e produção de textos**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

MATÊNCIO, M. L. **Leitura, produção de texto e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas: Mercado de Letras. Editora Autores Associados, 1994.

OLABUENAGA, J. I. R. ISPIZUA, M. A. **La decodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa**. Bilbao, Universidade de deusto, 1989.

POSSENTI, S. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

ROCHA, C.; GALBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da Análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**, 2004.
Disponível em: < <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/210/207>> Acesso em: 01/05/2014.

SAUSSURE, Ferdinand. **Para compreender Saussure**. 17. Ed. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Thais. **Fonética e fonologia do Português**. 9. Ed. São Paulo: contexto, 2007.

TERRA, Ernani. **Português**. 1. Ed. São Paulo, 2008.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 5. Ed. São Paulo: Cortez. 2000.

_____, Luis Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2ª. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Pensamento Y palavra**. Em *Obras esgidas II* (p. 287-348) Madrid: Visor, 1992.